

## RESENHA

LOVEJOY, Paul. **Escavidão na África: uma História de Suas Transformações**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

**Alejandra Luisa Magalhães Estevez**

*Mestre em História Social – UFRJ  
Pós-Graduada em História da África e do Negro no Brasil - UCAM  
E-mail: [ally\\_estevez@yahoo.com.br](mailto:ally_estevez@yahoo.com.br)*

### Introdução

A obra de Paul Lovejoy intitulada *A Escavidão na África: uma História de suas transformações*<sup>1</sup> consiste em um importante trabalho de síntese para todos os historiadores que se dedicam à temática da história da África e suas relações em outros continentes. O autor analisa o desenvolvimento da escavidão no continente africano e suas transformações após o contato com o mundo muçulmano e posteriormente europeu. Portanto, tomando como base o estudo sobre o tráfico de escravos no Atlântico, o livro caracteriza-se como fonte fundamental de estudo para se compreender de maneira mais aprofundada os aspectos políticos, econômicos e sociais, especificamente na África Ocidental.



O autor parte da premissa de que essas transformações se deram a partir da influência das forças externas em conjunto com a sua dinâmica interna. Para ele, os africanos criaram uma série de mecanismos de resistência a essa influência externa e não estavam muito preocupados em disseminar sua cultura para o restante do mundo, como acontecia nos mundos islâmico e europeu.

---

<sup>1</sup> LOVEJOY, Paul. *Escavidão na África: uma História de Suas Transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

## **A implantação de um modo de produção escravista no continente africano**

O tráfico de escravos, na sua visão, afetou as identidades étnicas e lingüísticas dos escravizados assim como a centralização do tráfico em lugares específicos da costa africana determinou muitas vezes a concentração populacional e o fluxo de pessoas, alterando diretamente a economia local e a organização social.

Ao analisar o processo histórico de constituição e expansão da escravidão no continente africano, Lovejoy aponta a configuração de um “modo de produção escravista”, especialmente após a chegada dos europeus. Esse processo já havia sido iniciado, no entanto, desde a dominação dos muçulmanos mas com a chegada europeia esta instituição altera de maneira significativa a organização da vida social da região.

Para demonstrar sua hipótese, o autor realiza um panorama do uso de escravos nas sociedades africanas desde a Antiguidade e define conceitualmente o *ser escravo*, de maneira geral. Assim, coloca seis características básicas e que podem ser generalizadas para a maioria das sociedades que possuem escravos, seja em pequena ou larga escala. As características seriam as seguintes:

- 1- O escravo é uma propriedade, portanto, são entendidos como bens móveis, na medida em que estão sujeitos à compra e venda.
- 2- O escravo é o “estrangeiro” por excelência.
- 3- O uso comum da coerção e/ou violência física.
- 4- A força de trabalho encontra-se à disposição de seu dono.
- 5- O escravo não possui direito à sua sexualidade.
- 6- Em geral, a condição de escravo é herdada.

Essa conceituação se tornou fundamental para todos os autores posteriores definirem mais precisamente a escravidão e diferenciarem-na de outras formas de

dependência. Inclusive atualmente autores que vêm se dedicando aos estudos sobre o trabalho escravo contemporâneo o definem muitas vezes a partir dessas premissas<sup>2</sup>.

Nesse sentido, podemos afirmar que a escravidão, nas sociedades africanas, estava fundamentalmente ligada à categoria de trabalho. A identidade do escravo se constituía através das atividades destinadas a eles pelo seu senhor. Desse modo, como chama a atenção Lovejoy, os escravos não se configuravam necessariamente como uma classe social. “Sua dependência podia resultar na subordinação de sua identidade à do seu senhor, de quem dependia sua posição, ou poderia levar ao desenvolvimento de um sentimento de camaradagem com outros escravos, e por conseguinte formar a base para uma consciência de classe”<sup>3</sup>.

Para caracterizar a implantação de um modo de produção escravista, o autor identifica três tipos de escravidão. O primeiro, que ele chama de “incidental” – no caso das sociedades que possuem poucos escravos e não pautam sua economia através desse tipo de trabalho –, o segundo caracterizado como uma “instituição” – onde os escravos são usados extensivamente na produção, no monopólio do poder ou na servidão doméstica – e, por último, o que ele denomina de “modo de produção escravista”. Nos dois últimos casos a escravidão assumiu uma centralidade na vida social e alterou algumas relações sociais.

Para explicar a transição das formas de escravidão, o autor defende a existência de um processo histórico que teria ocorrido de maneira não linear e que instituiu um modo de produção escravista<sup>4</sup>. Antes da escravidão tornar-se uma instituição, o papel social assumido pelos escravos, nessas sociedades, foi sempre secundário em relação aos usos produtivos. Esse modo pôde coexistir com outros ao longo da História, como o feudalismo e mais recentemente o próprio capitalismo. Afirma ainda que todas essas formas de escravidão podem ter coexistido e foram apropriadas de maneiras diferentes dependendo das regiões ao longo dos séculos.

Ao propor essa diferenciação, Lovejoy nos fornece uma importante ferramenta analítica para pensarmos e diferenciarmos as formas de escravidão. Com essa metodologia sempre somos obrigados a verificar antes o funcionamento da sociedade

---

<sup>2</sup> Para citar apenas alguns exemplos Ver REZENDE, Ricardo e alli (org.). *Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro. EdUFRJ, 2008 e ROMERO, Adriana. “Trabalho Escravo: algumas reflexões”. In: *CEJ*, nº 22. Brasília, 2002.

<sup>3</sup> Op. Cit. LOVEJOY, 2002. P. 34.

<sup>4</sup> Como modo de produção escravista o autor entende “um sistema integrado de escravização, tráfico de escravos e utilização interna de cativos.” (LOVEJOY, Paul. P. 40.)

que estamos preocupados em estudar para entendermos suas formas de escravidão e suas implicações sociais.

Em relação propriamente à implantação da escravidão na África, o autor afirma que o continente constituiu-se como principal fonte de escravos desde a Antiguidade, tendo estes sido destinados, em épocas históricas diferentes, às antigas civilizações, ao mundo islâmico, à Índia e às Américas, o que demonstra que a escravidão foi algo bastante comum nesse continente e não uma novidade implantada pelos europeus.

Sendo assim, para facilitar a análise, o estudo proposto divide a expansão da escravidão em três fases distintas: I- 1350 a 1600; II- 1600 a 1800 e III- 1800 a 1900. Essa expansão teria como causa primeira a demanda do comércio exterior. Uma consequência direta verificada pelo autor seria a difusão da escravidão para áreas que até então não estavam envolvidas com essa instituição e não possuíam relações diretas com esse comércio exterior de escravos. O aumento da importância dos escravos na economia implicou em sérias e profundas transformações em todas as esferas da vida dos africanos.

Dessa maneira, aponta a existência primeiro de um “modo de produção de linhagem ou doméstico”, baseado em distinções etárias e sexuais, na gerontocracia e no fato de serem as mulheres as responsáveis pela produção econômica e reprodução da linhagem. Esse sistema, no entanto, segundo Lovejoy, não alterava a base da formação social, uma vez que os membros da linhagem desempenhavam quase o mesmo trabalho que aquele que não pertencia a ela. Nessas sociedades, a escravidão estava mais associada a redes de poder na medida em que a influência política e a riqueza dependia do tamanho de cada grupo social.

No caso do mundo islâmico, este teria se tornado, nos séculos VIII, IX e X, o grande herdeiro dessa longa e antiga tradição de escravidão africana, baseada no parentesco e dependência pessoal, especialmente nas sociedades ao norte do Saara. Sendo assim, a função dos cativos, tanto na sociedade quanto na política, era praticamente o mesmo, ainda que suas orientações e ações agora se pautassem na religião.

No entanto, algumas modificações foram introduzidas nessas regiões com presença muçulmana. Num primeiro momento, a maioria dos escravos vinham das fronteiras onde a “guerra santa” era travada, tornando-se assim um mercado abastecedor importante. Além disso, as mulheres e crianças eram preferidas, sendo também mais facilmente incorporadas aos grupos sociais ao longo do tempo. Os meninos eram

destinados ao serviço militar e homens e mulheres eram usados em geral e em serviços domésticos. As mulheres consideradas mais belas eram colocadas nos haréns e a maioria dos filhos de escravos eram assimilados à nova sociedade. Essas transformações contribuem de maneira decisiva para a institucionalização da escravidão na sociedade africana.

“Esses diferentes usos dos escravos, a distinção mais clara entre escravos e livres e o emprego ocasional de cativos nas atividades produtivas demonstram uma diferença nítida entre a escravidão das sociedades baseadas no parentesco e a escravidão da lei e da tradição islâmicas.<sup>5</sup>”

Com a chegada dos europeus e o comércio atlântico, os escravos se tornaram muito mais freqüentes na sociedade africana e esse comércio colocou à disposição dessas sociedades diversos produtos que até então nunca tinham tido acesso, influenciando assim a economia e a forma de organizar a política local. O aumento do número de escravos permitiu igualmente que setores da economia africana pudessem ampliar-se. A partir desse momento, a escravidão tornou-se uma instituição fundamental e não apenas uma característica periférica. Como afirma o autor: “... a escravidão africana tornou-se firmemente associada a uma sociedade agrícola baseada em grandes concentrações de escravos.<sup>6</sup>”

Sendo assim, Lovejoy tenta demonstrar que a instituição da escravidão no continente africano, através do comércio atlântico, modificou todos os setores internos, nos locais em que ela se implantou. A produção econômica em algumas regiões da África passou a depender do trabalho escravo, o poder político utilizava em grande medida nos exércitos e o comércio externo de venda de escravos tornou-se uma importante fonte de renda para o continente.

Além disso, a escravidão interna tinha um forte vínculo com a exportação de escravos, na medida em que os escravos só eram vendidos para os europeus e muçulmanos se fracassassem no desempenho de suas atividades no continente. Essa ameaça contribuía imensamente para manter o controle interno sobre seus escravos.

“A atração do mercado atlântico tinha o efeito de afastar ainda mais as formas locais de escravidão de uma estrutura social na qual o escravismo era apenas uma entre

---

<sup>5</sup> Op. Cit. LOVEJOY, P. 50.

<sup>6</sup> Idem. P. 53.

outras formas de dependência pessoal, para um sistema no qual os cativos desempenhavam um papel cada vez mais importante na economia.<sup>7</sup>”

Na opinião do autor, portanto, a entrada dos europeus na África causou impacto profundo na sociedade ao transferir para lá a lógica da disputa de mercados e a desigualdade social em maior escala. A configuração e surgimento dos reinos africanos estão, dessa maneira, intimamente ligados à entrada europeia na região.

Com o passar do tempo mais áreas foram sendo envolvidas com o tráfico de escravos e passaram a fazer dele sua principal base comercial. Surgem então estados ou reinos cada vez mais centralizados e organizados, que, pouco a pouco, vão especializando-se em capturar escravos a fim de vendê-los aos europeus. Essas elites africanas então criam redes de comércio internas a fim de atender a demanda europeia, principalmente portuguesa, que aumenta gradativamente, entre outras razões, por causa das *plantations* americanas.

Dessa maneira, os portugueses incentivaram, direta ou indiretamente, a criação de reinos formados única e exclusivamente para escravizar africanos com o intuito de vendê-los no mercado internacional, como foi o caso dos imbangalas com a criação do reino de Matamba. A consequência mais direta é a fragmentação desses reinos. Segundo essa lógica, razias e guerras civis são incitadas pelos próprios europeus com o objetivo de fazer com que tivessem sem pre à sua disposição uma oferta considerável de escravos.

Outra grande consequência da presença europeia na sociedade africana consiste no aumento da diferenciação social entre os próprios africanos. As mercadorias europeias trazidas como objeto de troca transformaram-se rapidamente em símbolos de status social e as armas, também utilizadas como objetos de troca por escravos, passaram a ser fundamentais para a garantia de uma superioridade militar entre os reinos. A força dos pequenos estados africanos residia exatamente na sua capacidade de controlar as rotas comerciais de escravos e de proteger sua população da escravização por outros reinos. Esses estados, portanto, viviam em constantes disputas por portos ou feiras, porém essas guerras não podiam chegar ao ponto de impedir o funcionamento das mesmas. A interferência europeia através do fornecimento de armas passou consequentemente a ser de suma importância para a conquista de mercados por parte desses reinos.

---

<sup>7</sup> Idem. P. 51.

Ao longo do tempo, um intercâmbio cada vez maior de culturas passou a existir. Um exemplo dessa *circularidade cultural*, como a denominou Carlo Ginzburg<sup>8</sup>, é o catolicismo que deveria ser absorvido pelos africanos mas que através de um sincretismo religioso foi modificado na própria cultura européia. Por exemplo, nos conta Lovejoy: “(...) os enviados do rei do Congo permaneceram em Portugal, aprendendo o português, os princípios do catolicismo e se iniciando nos costumes da sociedade portuguesa.”<sup>9</sup> Da mesma maneira que os africanos assumiram posturas e costumes originários da Europa, os europeus também foram influenciados pelas práticas africanas. “À despeito das enormes diferenças entre os dois mundos que se descobriam, em ambos, os agentes do poder se cercavam de objetos, gestos e situações ritualizadas, de seqüências cerimoniais particulares e de comemorações festivas, que envolviam toda a comunidade nos acontecimentos diretamente relacionados aos governantes.”<sup>10</sup>

Vale dar especial atenção para quatro regiões da África onde o tráfico de escravos se deu de maneira intensa, são elas: a África Centro-Occidental (região do Congo/Angola), a Costa dos Escravos (conhecida como Golfo do Benin), a Costa do Ouro e a Baía de Biafra.

A primeira das regiões – a África Centro-Occidental – é identificada como o local que mais escravos forneceu para o Novo Mundo, principalmente ao longo do séc. XVIII, muito por conta do fato de aí existir uma grande concentração populacional. Essa região, assim como quase toda a África, é marcada por constantes guerras inter e intra-regionais. Ela, contudo, possui uma peculiaridade, pois foi uma das poucas regiões onde os portugueses de fato instalaram-se, exercendo assim, maior pressão e dominação, apesar de existirem casos como o da rainha Njinga<sup>11</sup>, identificada como o símbolo da resistência africana à dominação européia.

A segunda região acima listada – a Costa dos Escravos – apresentou, no século XVII, uma significativa expansão do tráfico de escravos que acabou por superar a África Centro-Occidental, perfazendo um total de 42% das exportações totais da África nesse período. Uma peculiaridade dessa região é que eles não possuíam uma presença militar européia, como existiu na África Centro-Occidental e nem os europeus promoviam ataques para capturar escravos, o que tornava muito mais fácil sua organização. Além

---

<sup>8</sup> GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

<sup>9</sup> Op. Cit. LOVEJOY, P. 53

<sup>10</sup> Idem. P. 57

<sup>11</sup> Para maiores informações, ver SERRANO, Carlos M. H. “Ginga, a rainha quilombola de Matamba e Angola”. In: *Revista USP*, nº 28. São Paulo, 1995/96.

disso, os comerciantes muçulmanos criaram uma rede de comércio inter-regional, fazendo com que o comércio internacional não tivesse a mesma importância que em outros locais. Os estados eram relativamente mais centralizados que os demais, criando um ambiente bem particular.

A Costa do Ouro, no séc. XVIII, devido às constantes lutas entre os acãs pelo domínio do interior, também tornou-se uma das principais fornecedoras de escravos. A exportação dos escravos está intimamente relacionada ao surgimento de estados centralizados, como ocorreu também em Oió, Daomé e Benin. Aí, tal como em Benin, os europeus estavam confinados nos estabelecimentos costeiros, tendo conseqüentemente pouco envolvimento direto com a escravização. A sociedade da Costa do Ouro, no entanto, era de origem matrilinear, diferente das sociedades patrilineares do Golfo do Benin, e nessa região existia importantes reservas naturais de ouro e noz de cola, fundamentais para o comércio com o norte, o que não ocorria nas demais regiões acima citadas.

Por último, a Baía de Biafra também experimentou, no séc. XVIII, um surto de venda de escravos, que abastecia prioritariamente os navios ingleses. Essa região, no entanto, não possuía estados centralizados e isso contribuiu para sua decadência posterior.

Em linhas gerais, todas as regiões aqui analisadas foram reorganizadas sob a lógica do comércio e exportação de escravos. Tiveram, para tal, suas sociedades desestruturadas e aprenderam a conviver com guerras internas e constantes ameaças de dominação por parte dos reinos vizinhos. Criou-se, portanto, estados militarizados e elites dependentes desse tipo de comércio. Transformaram-se, gradativamente, em sociedades escravocratas e gerou-se um aprofundamento das redes de dependência internas.

### **Considerações Finais**

Nesse sentido, como demonstrou Lovejoy, a influência européia na África teria ajudado a disseminar a escravidão no próprio continente e implantar um modo de produção escravista. Esse tipo de escravidão teria assim um significado diferente para os africanos e para os países de diáspora. Em ambos os casos os escravizados sempre eram levados para longe de seus locais de origem porém, no caso africano, os mecanismos de escravidão – comuns na maioria das sociedades escravistas – estava



totalmente atrelado ao tráfico de escravos e à utilização de escravos em suas diversas instâncias.